

As contribuições de Ruy Mauro Marini sobre o Estado dependente latino-americano

Maicon Cláudio da Silva¹

Resumo

Neste artigo, vamos apresentar as principais contribuições de Ruy Mauro Marini para a compreensão do caráter do Estado dependente na América Latina. Dividimos suas contribuições em dois conjuntos distintos: contribuições diretas e indiretas. No primeiro conjunto, destacam-se as discussões de Marini que abordaram explicitamente o tema do Estado, especialmente ao desenvolver as categorias de Estado de contrainsurgência e Estado de quarto poder. Essas categorias proporcionaram uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas políticas presentes nos países dependentes da região, especialmente na segunda metade do século XX. No segundo grupo, incluímos desenvolvimentos teóricos que apesar de não serem diretamente voltados o Estado, são imprescindíveis para compreender o caráter particular do Estado dependente. Nesse caso, destacamos a categoria de superexploração da força de trabalho e a particularidade do ciclo do capital na economia dependente. Por fim apontamos em nossas considerações finais a necessidade de criar uma agenda de pesquisa sobre o tema que trate, dentre outras coisas, de relacionar o papel do Estado dependente com as transformações nos padrões de reprodução do capital.

Palavras-chaves: Estado, Teoria marxista da dependência, Ruy Mauro Marini.

Abstract

In this article, we will present the main contributions of Ruy Mauro Marini to the understanding of the character of the dependent state in Latin America. We divided his contributions into two distinct sets: direct and indirect contributions. In the first set, Marini's discussions explicitly addressed the theme of the state, especially through the development of the categories of the counterinsurgency state and the fourth power state.

¹ Doutorando em Economia pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Serviço Social e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina. É secretário do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA-UFSC) e exerceu colaboração técnica no NIEP-MARX da UFF de 2021 a 2022.

These categories provided a deeper understanding of the political dynamics present in the dependent countries of the region, particularly in the second half of the 20th century. In the second group, we included theoretical developments that, although not directly focused on the state, are essential to understanding the particular character of the dependent state. In this case, we highlight the category of superexploitation of the workforce and the specificity of the capital cycle in the dependent economy. Finally, in our concluding remarks, we emphasize the need to create a research agenda on the topic that addresses, among other things, the relationship between the role of the dependent state and the transformations in the patterns of capital reproduction.

Keywords: State; Marxist theory of dependency, Ruy Mauro Marini.

Introdução

Entre as décadas de 1960 e 1970, surgiram na América Latina diversas contribuições teóricas que formaram o que ficou conhecido como Teoria Marxista da Dependência (TMD). Essa teoria - em contraste com o desenvolvimentismo da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e o etapismo estalinista dos Partidos Comunistas da III Internacional - defendia que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento não eram fenômenos desconexos, mas sim duas faces opostas do mesmo processo de expansão do capitalismo em escala mundial. Para esses autores, o subdesenvolvimento da periferia capitalista não era resultado do “atraso”, mas estava estruturalmente atrelado ao desenvolvimento dos países centrais, por meio de relações de dependência econômica fundadas na transferência de valor.

Dentre os principais autores dessa corrente, destacam-se as obras de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, que, apesar de serem brasileiros, enfrentaram um exílio teórico² em seu próprio país que persistiu mesmo após o fim do exílio político sofrido por eles durante a ditadura militar. A influência limitada da TMD no Brasil só começou a ser revertida nos últimos anos, graças ao empenho de uma série de autores que têm se dedicado ao tema da dependência.

² Sobre esse tema consultar: PRADO, Fernando Correa. História de um não debate: A trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 2, 2011, p.68-94

Nesse esforço de resgate teórico³, um tema que tem recebido atenção crescente é a contribuição da TMD para a compreensão da natureza do Estado no contexto do capitalismo dependente. Esse interesse se intensificou diante do atual cenário de ascensão do autoritarismo de direita, tanto em nível global quanto na América Latina em específico.

Frente a esse contexto, o objetivo deste trabalho é apresentar algumas contribuições teóricas de Ruy Mauro Marini sobre o tema do Estado. Não temos a intenção, no entanto, de apresentar aqui uma revisão bibliográfica exaustiva dos estudos de Marini sobre o Estado⁴. Tratamos, na verdade, de elencar as principais reflexões de Ruy Mauro sobre o Estado na América Latina, mas, principalmente, de relacionar algumas contribuições categoriais importantes do autor para o tema do Estado latino-americano, com especial ênfase na categoria de Estado dependente.

Para tanto, nosso trabalho se divide em duas partes principais. Na primeira delas apresentamos algumas das reflexões diretas de Ruy Mauro Marini sobre o tema do Estado. Essas contribuições estão frequentemente relacionadas à conjuntura latino-americana, que àquela altura, vivendo uma fase de grandes transformações, exigia dos intelectuais uma reflexão mais detida sobre o tema do Estado. Na segunda parte de nosso texto, apresentaremos algumas contribuições indiretas de Marini para a compreensão da natureza do Estado dependente latino-americano. Tratam-se nesse caso de desenvolvimentos teóricos importantes do autor que, ainda que não sejam diretamente reflexões sobre o Estado, são imprescindíveis para efetivamente compreender o caráter particular que a dependência implica nos Estados latino-americanos.

1 Reflexões diretas de Marini sobre o Estado

As principais reflexões diretas de Ruy Mauro Marini sobre o tema do Estado emanam da necessidade de refletir sobre a tumultuada conjuntura latino-americana durante o século XX. Aliás, não é casualidade que dois dos principais livros de Ruy Mauro, tenham sido *Subdesenvolvimento e Revolução* (1969) e *O reformismo e a*

³ Aproveitamos para destacar aqui nossa dissertação de mestrado intitulado *O Estado em seu labirinto: a particularidade do Estado na América Latina*. Mais informações nas referências.

⁴ Um bom trabalho realizado com esse intuito é a tese de doutorado: BICHIR, Maíra Machado. *A questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência*. Mais informações nas referências.

contrarrevolução: estudos sobre o Chile (1976) que tratam precisamente de conjunturas complexas como a brasileira e a chilena pré-golpes de Estado.

Em todo caso, ao longo de distintos trabalhos, Marini elaborou duas categorias que consideramos as mais relevantes para o tema do Estado na América Latina: 1) Estado de contrainsurgência; e 2) Estado de quarto poder.

1.1 Estado de contrainsurgência

O Estado de contrainsurgência é uma categoria desenvolvida por Marini que aparece de forma mais elaborada principalmente no artigo *El Estado de contrainsurgencia*, presente na revista mexicana Cuadernos Políticos, nº 18, de 1978. Nele, o autor claramente concebe a categoria atrelada a uma conjuntura específica, dos anos 1960 e 1970, e a um espaço determinado, a América Latina.

Para Marini, o contexto histórico no qual se desenvolve o Estado de contrainsurgência é caracterizado por: 1) uma mudança de estratégia dos Estados Unidos da América; 2) uma transformação estrutural na natureza da burguesia latino-americana; e 3) uma ascensão na luta de massas em toda América Latina.

Em meio à Guerra Fria, a mudança de estratégia dos EUA está relacionada com a elaboração de uma doutrina de contrainsurgência. Dentre as principais características dessa doutrina, encontra-se uma mudança drástica do objetivo da contrarrevolução. Já não bastava derrotar politicamente os movimentos revolucionários, era preciso garantir seu aniquilamento, inclusive físico. A luta de classes é encarada como uma guerra e as táticas e métodos militares passam a ter posição central na dinâmica da política. Desde essa perspectiva, os movimentos revolucionários são vistos como elementos alheios à sociedade, infiltrados, subversivos, provocados por influência do inimigo, seja ele a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a República Popular da China ou a Cuba de Fidel Castro.

No âmbito da configuração das classes, o Estado de Contrainsurgência se insere num contexto de transformação estrutural da natureza da burguesia latino-americana diante da integração monopólica. Osório (2012) aponta que essa mudança tem raiz nos limites do processo de industrialização em países de capitalismo dependente. Diante da necessidade de passar a novas fases de industrialização, desenvolvendo especialmente o setor I, de meios de produção, os Estados e o capital industrial latino-americanos se associaram ao capital estrangeiro, “permitindo que equipamentos obsoletos da economia

estadunidense, principalmente, resolvessem as necessidades anteriores” (OSORIO, 2012, p. 83). A entrada do capital estrangeiro no setor industrial desencadeia a aceleração do processo de monopolização dos mercados internos latino-americanos, por meio da qual as frações burguesas atreladas ao capital estrangeiro são aquelas que saem vencedoras.

Do ponto de vista político isso representou o fim do Estado populista, “es decir, el ‘Estado de toda la burguesía’, que favorecía la acumulación de todas sus fracciones (aunque éstas aprovecharan desigualmente los beneficios puestos a su alcance)” (MARINI, 1978, s/p). Em seu lugar surge justamente o Estado de contrainsurgência, como o aparato político adequado aos interesses das frações burguesas monopólicas, sejam elas nacionais ou estrangeiras. Se o Estado populista era o Estado de “toda burguesia”, o Estado de contrainsurgência é, portanto, o Estado da burguesia monopólica, do grande capital, especialmente daquele vinculado ao capital estrangeiro.

Por fim, o contexto histórico no qual emerge o Estado de contrainsurgência é caracterizado pela ascensão da luta de massas em toda a América Latina. A radicalização dos movimentos populares vinha crescendo desde a década anterior. Processos importantes como a Revolução Boliviana de 1952, a Revolução Guatemalteca do período de 1944 a 1954, bem como o divisor de águas que representou a Revolução Cubana de 1959, seguem tendo influência nos anos 1960, particularmente nas camadas intelectuais pequeno-burguesas. O aumento das contradições sociais desencadeadas pela conjuntura também leva a que movimentos populares como o movimento de camponeses e um novo movimento operário, oriundo da recente industrialização, ganhem cada vez mais importância. Tudo isso faz com que mais do que nunca na história latino-americana a Revolução tenha estado na ordem do dia. Daí que o Estado de contrainsurgência assumia, necessariamente, um caráter contrarrevolucionário.

No entanto, é importante destacar que o Estado de contrainsurgência não é sinônimo de fascismo, embora ambos tenham um caráter contrarrevolucionário marcante. De fato, tanto um quanto outro são exemplos particulares de contrarrevolução, mas equipará-los indiscriminadamente pode obscurecer aspectos importantes do caráter contrarrevolucionário particular do Estado de contrainsurgência. Conforme apontado por Marini (1978), uma das características importantes do fascismo é a existência de um movimento de massa fascista, o que confere à contrarrevolução um caráter muito mais contraditório, na medida em que uma parcela importante das massas acaba atuando em favor da contrarrevolução. Isso é viável nos países centrais, onde o

fascismo historicamente se desenvolveu, pois, apesar da repressão, é possível “arrastrar a las amplias masas pequeñoburguesas y de morder incluso al proletariado, ganando allí cierto grado de apoyo entre trabajadores desempleados y hasta obreros en actividad” (MARINI, 1978, s/p).

Já o Estado de contrainsurgência jamais poderá se sustentar com base em um movimento de massa. Na sua fase inicial, de desestabilização do Estado populista, quando a propaganda contrarrevolucionária se faz especialmente necessária, até podem existir incipientemente movimentos de caráter fascista. Mas assim que o Estado de contrainsurgência é instituído, as massas são excluídas da política. A necessidade estrutural do capitalismo dependente em acentuar a superexploração da força de trabalho como meio de garantir a expansão da acumulação capitalista impede que essa mesma força de trabalho seja incorporada à política sem que haja desestabilização do sistema de dominação.

Outra aresta que deve ser aparada com relação ao Estado de contrainsurgência diz respeito ao seu regime político. Não necessariamente ele deve assumir a forma de uma ditadura militar, como ocorreu na maior parte dos países do Cone Sul, mas pode existir inclusive como um regime civil. Esse foi o caso da Venezuela, onde inclusive, segundo Marini (1978), se fez o primeiro ensaio de contrainsurgência na América Latina, a princípios dos anos 1960. Além disso, mesmo onde o regime político assumiu a forma de uma ditadura, não necessariamente o bloco no poder visava suprimir definitivamente a democracia. Frequentemente o recurso à forma ditatorial era concebido como um meio de, por meio da supressão do “elemento insurgente”, garantir a ordem e permitir o retorno controlado à democracia.

1.2 Estado de quarto poder ou Estado do quarto poder

O Estado de quarto poder, ou Estado do quarto poder, é apontado por Marini (1978) como a possível forma que o Estado latino-americano assumiria no processo de transição entre o Estado de contrainsurgência e o que ele chama de “democracia restringida”. Também nesse caso o contexto histórico é atravessado por uma mudança de estratégia da política externa dos Estados Unidos, o que para a América Latina se traduziu, após o avanço da contrarrevolução, por uma nova postura - que Marini considera então ainda não plenamente definida - de fomento à institucionalização da política, expressando-se na defesa de uma democracia “viável”, ou seja, restringida.

Já no âmbito interno, a conjuntura é caracterizada pela crise do padrão de reprodução baseado na indústria de bens de consumo suntuário, quando as lutas interburguesas entre as frações nacionais e estrangeiras ligadas a essa indústria (fundamentalmente estadunidenses) e as frações ligadas à indústria básica e de bens de capital (essencialmente europeias e japonesas) passam a ganhar expressão. Assim, para Marini:

Se trata, hoy [final dos anos 1970], de decidir los rumbos de la economía del país, del patrón de reproducción que éste debe seguir y ello, que implica reasignificación de recursos, ventajas fiscales, crediticias y de todo tipo, estimula la rivalidad entre esos dos sectores del gran capital, la cual polariza a los demás grupos capitalistas que se encuentran vinculados a uno u otro sector. (MARINI, 1978, s/p)

Em meio a esse cenário, o Estado de quarto poder emerge como uma possibilidade de garantir melhores condições à transição para o novo padrão de reprodução do capital. O quarto poder ao qual se refere a categoria seria ocupado pelas forças armadas, as quais cumpririam um papel de vigilância, controle e direção sobre o conjunto dos três poderes. Mas seria efetivamente o grande capital (especialmente as frações vencedoras na transição do padrão de reprodução) que passaria a exercer controle sobre o aparato do Estado através da institucionalização da sua participação direta na gestão econômica.

2 Contribuições indiretas de Marini para a reflexão sobre o Estado

Apesar da importância das reflexões que Ruy Mauro Marini fez diretamente sobre o tema do Estado, é justamente em suas contribuições indiretas onde podemos encontrar seu maior legado para o estudo do Estado dependente; isto porque são esses os desenvolvimentos teóricos de alcance mais estrutural e que, portanto, estão menos restritos a contextos históricos específicos.

É curioso que justamente em seu ensaio seminal, *Dialética da dependência* (1973), Marini já nos dê uma pista sobre a importância do Estado para o tema da dependência. De fato, ao debater com André Gunder Frank a relação de continuidade e

ruptura entre o colonialismo e a dependência⁵, Marini defende que a dependência deve ser:

[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações *formalmente independentes*, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 2005, p. 141, grifo nosso).

O que dá originalidade à fase histórica dependente em relação ao período colonial é justamente que na fase dependente a relação de subordinação ocorre entre duas nações formalmente independentes. E o que torna uma nação formalmente independente? Pois precisamente a existência de um Estado próprio. A formação do Estado nacional é, portanto, um marco decisivo na transição do colonialismo para a dependência.

Entretanto, a análise contemplada em *Dialética da dependência* se concentra, sobretudo, nos aspectos econômicos da dependência. Isto não é obra do acaso ou de qualquer arbitrariedade do autor. Muito pelo contrário, é fruto da necessidade de Marini em desvendar os mecanismos que asseguram a reprodução ampliada da dependência, mecanismos esses que, como os principais mecanismos do sistema capitalista, estão assentados na dinâmica da acumulação capitalista.

Embora o ensaio seminal de Ruy Mauro não trate propriamente do Estado, encontramos nele várias pistas para a compreensão do caráter particular do Estado dependente. E aqui vale, desde nossa própria perspectiva, fazer um breve comentário sobre a relação estreita entre o desenvolvimento do mercado interno e a formação do Estado nacional.

Na sociedade capitalista o mercado interno representa um importante espaço de articulação da nação e do Estado, isto porque, por meio das relações mercantis, ele conecta regiões (e indivíduos) que anteriormente, vivendo em atividades de subsistência, tinham pouco ou nenhum contato entre si. Essa conexão, beneficiada pelo impulso expansivo do mercado que caracteriza o capitalismo, tem consequências ideológicas, culturais e sociais importantes, dentre as quais, a destruição/minimização de localismos e a formação de uma identidade mais ampla e geral. Não ao acaso, o pensador boliviano René Zavaleta Mercado afirma que é a formação do mercado interno

⁵ Para Marini (2005), Frank (1973) estava equivocado na medida em que não percebia a originalidade da fase formalmente independente da história latino-americana frente ao período colonial.

que permite “el deslizamiento de la ideología de la aldea a la ideología de la nación” (ZAVALETA MERCADO, 1990, p. 193).

Nesse sentido, entendemos que as principais contribuições de Marini para o estudo da particularidade do Estado na América Latina, e do caráter dependente que o Estado assume nessas latitudes, estão relacionadas diretamente às reflexões do autor sobre a conformação do mercado latino-americano. Assim, a seguir nos dedicaremos a trazer de forma sintética os principais aportes de Marini a essa temática.

2.1 Superexploração da força de trabalho

A superexploração da força de trabalho é uma categoria crucial para entender a forma particular de incorporação da classe trabalhadora na produção e circulação do capital nos países dependentes. Foi desenvolvida teoricamente por Ruy Mauro Marini, com base em pistas deixadas por Marx em *O capital*⁶, e apresentada inicialmente no ensaio *Dialética da Dependência* (1971). Seu fundamento é a transformação do fundo de consumo dos trabalhadores em fundo de acumulação dos capitalistas, como meio de compensar a transferência de valor dos países dependentes para os países centrais. Pode assumir a forma da remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor ou de seu desgaste além dos limites da sua reprodução em condições normais (geralmente desencadeado por um aumento da intensidade do trabalho ou prolongamento excessivo da jornada de trabalho), mas frequentemente assume formas combinadas desses meios.

A consequência econômica da superexploração da força de trabalho é a incorporação da força de trabalho estruturalmente por meio da esfera de produção e marginalmente na esfera de circulação do capital. Isto significa dizer que, apesar da importância dos trabalhadores como meios de acumulação - via exploração e superexploração -, na esfera de circulação seu consumo importa pouco para a resolução dos problemas de realização do capitalismo dependente.

O resultado é que o consumo de massas não é estruturalmente sustentável no capitalismo dependente. Conjunturas particulares podem beneficiar sua expansão temporária, mas basta que uma crise afete a taxa de lucro para que os capitalistas latino-

⁶ No tomo III de *O capital*, Marx apresenta a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor como uma das causas contra-arrestantes da queda tendencial da taxa de lucro, no entanto não aprofunda esse tema, uma vez que, em suas palavras, “esse aspecto não guarda nenhuma relação com a análise geral do capital, mas diz respeito à exposição da concorrência, que não é tratada nesta obra.” (MARX, 2017, p. 274). Ainda assim, afirma o autor que essa “é uma das causas mais importantes de contenção da tendência à queda da taxa de lucro.” (MARX, 2017, p. 274).

americanos (e o capital estrangeiro presente na região) recorram à elevação do grau de superexploração da força de trabalho como forma de contra-arrestar a queda na taxa de lucro. Daí que a produção de mercadorias destinadas ao consumo de massa esbarre frequentemente em um limite estrutural para sua realização.

Do ponto de vista do Estado nacional, isso significa conseqüentemente que existe certa dificuldade em conectar distintas regiões e indivíduos por meio do mercado, o que, como veremos, impacta decisivamente nas formas como o Estado promove diretamente essa “integração”.

2.2 Ciclo do capital na economia dependente

A respeito do ciclo do capital na economia dependente, tema abordado detalhadamente por Ruy Mauro Marini em um ensaio publicado em 1979⁷, destacamos dois aspectos: 1) o caráter exportador da produção; e 2) os limites da industrialização no capitalismo dependente.

Quanto ao primeiro, é preciso recordar que a economia latino-americana é construída desde o período colonial com objetivo de atender às necessidades do mercado externo. Esse caráter é mantido, mesmo após as independências formais, e até mesmo reforçado em alguma medida com o desenvolvimento de novas estruturas produtivas, como foram os casos da agricultura do café, e mais recentemente da soja, no Brasil, do guano e salitre peruanos e chilenos, do estanho boliviano, etc. São todas mercadorias destinadas ao exterior que só passaram a ganhar importância econômica já na fase independente da história latino-americana.

Como consequência do caráter exportador da produção no capitalismo dependente o mercado externo é privilegiado frente ao mercado interno. Do ponto de vista do Estado isso significa dizer que frequentemente a produção para exportação recebe mais incentivos e benefícios do que a produção para o mercado interno. Um exemplo dessa característica pode ser encontrado na história da Argentina. Segundo Abelardo Ramos (2013), em 1812, o governo de Buenos Aires assinou um decreto que declarava livre de impostos a carne bovina para exportação, ao mesmo tempo em que fixava em 20% o tributo àqueles que a consumissem no mercado interno. Mas os

⁷ MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: OSORIO, Jaime, LUCE, Mathias, FERREIRA, Carla. *Padrão de reprodução do capita: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

benefícios destinados ao setor exportador não se restringem apenas a isenções tributárias, dizem respeito também a vantagens de acesso ao financiamento público, obras públicas de infraestrutura que beneficiam o escoamento da produção, etc.

Quanto ao segundo aspecto relacionado ao ciclo do capital na economia dependente, trata-se da separação da esfera alta e esfera baixa de consumo. Desencadeada pelos processos de industrialização pelos quais alguns países latino-americanos passaram durante o século XX, esse fenômeno, tratado por Marini em *Dialética da Dependência*, caracteriza a forma pela qual foi possível, dentro dos marcos do capitalismo dependente, constituir algum tipo de mercado interno, e significou o desenvolvimento de um consumo industrial interno, ainda que reduzido a uma pequena parcela da sociedade.

Isso ocorreu na medida em que a produção dessas mercadorias se destinava a uma parcela da sociedade remunerada pela mais-valia não acumulada, ou seja, a pequena burguesia proprietária e não proprietária, as camadas médias improdutivas, os trabalhadores liberais, os servidores públicos, etc. Essa pequena fração da sociedade, remunerada em condições melhores que a grande maioria da população, pode aceder ao consumo industrial, especialmente de bens de consumo duráveis. Já a grande massa foi excluída estruturalmente desse mercado, uma vez que foi justamente o aumento da sua superexploração o que possibilitou a sustentação do processo de industrialização.

A consequência desse processo histórico é que mesmo com a industrialização das economias dependentes latino-americanas, o mercado interno segue marginalizado frente ao mercado externo, marcando, portanto, um contraste frente aos países centrais onde o desenvolvimento do mercado interno dá a tônica da expansão industrial.

Sobre o caráter do Estado dependente

Com base nas contribuições de Marini que apresentamos anteriormente, podemos inferir algumas características do Estado dependente latino-americano, especialmente se assentarmos nossa análise no par dependência e autonomia/autodeterminação. Como vimos, o capitalismo dependente é extremamente vinculado ao exterior e isso tem consequências importantes sobre o Estado dependente, uma vez que este deve atender interesses que são externos ao seu próprio território. A existência desses interesses externos é consequência tanto da presença do capital estrangeiro que atua diretamente nas economias da América Latina, quanto da

vinculação estreita entre a produção latino-americana e as necessidades do mercado exterior.

Ao mesmo tempo, uma grande massa, que constitui na prática o povo, é excluída do mercado interno e, portanto, dos interesses do Estado. Daí que, quando comparado ao caso dos Estados dos países centrais, o Estado dependente assumia frequentemente um caráter repressor muito maior do que o de consenso.

Na verdade, do ponto de vista do par dependência e autonomia/autodeterminação, podemos constatar, como Evers (1989), que na periferia do sistema capitalista a função do Estado se inverte: de garantia da existência e da expansão do capital nacional no mercado mundial, passa a ser garantia da existência e da expansão dos interesses do capital estrangeiro no espaço econômico periférico. Portanto, enquanto externamente não se pode falar de um controle político efetivo, o que coloca em dúvida a soberania, internamente, ainda que possa existir um controle estatal efetivo, o mesmo é duvidoso quanto ao seu caráter nacional (Evers, 1989). Logo, o Estado dependente não é soberano frente ao exterior, e nacional frente ao interior (Rivas, 2011).

Daí que o Estado dependente acabe por atuar reiteradamente de modo antinacional. Na medida em que atende a interesses alheios à nação e porque inviabiliza a construção de um desenvolvimento social autodeterminado, o Estado dependente atua, na prática, como um instrumento decisivo no reforço do caráter dependente do capitalismo latino-americano, tema que cobra especial relevância em momentos-chave da história, de grandes transformações na economia mundial.

Considerações finais ou sobre uma agenda de pesquisa

Como vimos, as contribuições de Ruy Mauro Marini sobre o Estado dependente, são especialmente contribuições indiretas. Isso significa dizer que o Estado dependente constitui uma agenda de pesquisas aberta, que precisa seguir se desenvolvendo, especialmente para qualificar com mais precisão o caráter particular que essa forma de Estado assume frente às características gerais do Estado na sociedade capitalista, mas também para compreender as transformações pelas quais ele vem passando ao longo do tempo.

Um ponto importante de possível avanço das pesquisas sobre o Estado dependente está relacionado com a categoria padrão de reprodução do capital. Essa

categoria, criada originalmente por Ruy Mauro Marini⁸, mas mais elaborada especialmente por Jaime Osorio, procura identificar as características principais da repetição do ciclo do capital em espaços e tempos determinados. O que há de especial em recorrer a essa categoria para tratar do Estado dependente diz respeito ao fato de que a transição histórica entre um padrão de reprodução do capital e outro, depende de decisões econômicas que também são políticas. O Estado entra em cena nesse caso, portanto, como um importante centro de poder, que transforma os caminhos da reprodução do capital ao mesmo tempo em que é transformado por ela.

E aí cabe um parêntesis final a respeito do atual padrão de reprodução do capital vigente na América Latina. Segundo Jaime Osorio (2012), atualmente opera na região o padrão exportador de especialização produtiva, um padrão que reedita o caráter exportador da economia latino-americana assim como ocorria no início do século XX. Isso significa dizer que a atualidade do capitalismo dependente é caracterizada por uma agudização ainda maior das suas contradições próprias da dependência. Não ao acaso o Estado é visto frequentemente pelo povo, especialmente pelas camadas mais marginalizadas, como sinônimo de repressão.

Um exemplo concreto que ilustra a atuação do Estado dependente é o caso de uma chacina promovida pela polícia no município de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, em 2022. Nas notícias dos jornais, chamava atenção o fato de que nem mesmo os bombeiros entraram na comunidade para retirar os corpos, considerando-a “perigosa demais” para isso. Essa situação anedótica evidencia, no cotidiano, a atuação frequente do Estado dependente: enquanto o braço armado não hesita em agir, a face “social” do Estado frequentemente não se faz presente nas comunidades. Desse modo, o tema do Estado dependente parece estar mais do que nunca na ordem do dia.

Referências

ABELARDO RAMOS, Jorge. **Revolución y contrarrevolución en la Argentina: 1.** Las masas y las lanzas (1810-1862). Buenos Aires: Ediciones Continente, 2013.

BICHIR, Maíra Machado. **A questão do Estado na Teoria Marxista da Dependência.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de

⁸ O primeiro esforço de desenvolvimento teórico da categoria por Ruy Mauro Marini pode ser encontrado no trabalho “*O Ciclo do capital na Economia dependente*”, de 1979, mas é apenas em “*Sobre el patrón de reproducción de capital en Chile*”, de 1982, onde encontramos o uso explícito da categoria padrão de reprodução do capital.

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
Disponível em:
<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/330510/1/Bichir_MairaMachado_D.pdf>. Acesso em: 10 de Março de 2022.

DA SILVA, Maicon Cláudio. **O Estado em seu labirinto**: a particularidade do Estado na América Latina. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/215056/PGSS0240-D.pdf>>. Acesso em: 13 de Março de 2022.

EVERS, Tilman. **El Estado en la periferia capitalista**. Ciudad de México: Siglo XXI, 1989.

FRANK, André Gunder. **Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini**: Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

MARINI, Ruy Mauro. El Estado de Contrainsurgencia. **Cuadernos Políticos**, México, n. 18, p.21-29, out./dez. 1978. Disponível em:
<http://www.marinescritos.unam.mx/055_estado_contrainsurgencia.html>. Acesso em: 08 de Março de 2022.

MARINI, Ruy Mauro. O Ciclo do capital na Economia dependente (1979). In: OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel; FERREIRA, Carla. **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **Sobre el patrón de reproducción de capital en Chile** (1982). Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/061_reproduccion_capital_chile.html>. Acesso em: 03 de Janeiro de 2022.

MARX, Karl. **O Capital** (Livro III): O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: Contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRADO, Fernando Correa. História de um não debate: A trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 2, 2011, p.68-94.

RIVAS, Edelberto Torres. La Nación: problemas teóricos e históricos. In: LECHNER,

Norbert. **Estado y política en América Latina**. Ciudad de México: Siglo XXI, 2011.

ZAVALETA MERCADO, René. **El Estado en América Latina**. Cochabamba:
Editorial Amigos del libro, 1990.